

Plano agrícola e pecuário 2005-2006

O governo federal destinará R\$ 44,35 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006, o que representa um acréscimo de 12,4% sobre o valor programado para a safra passada. O anúncio foi feito em 24-06, em São Paulo, pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Roberto Rodrigues. Do total, R\$ 33,2 bilhões vão para o financiamento do custeio e comercialização da produção, superando em 15,5% o montante previsto em 2004-2005. Desses recursos, 63% terão juros controlados, com um aumento de 18% sobre a temporada anterior.

Os recursos para investimentos tiveram um incremento de 4,2% sobre 2004-2005, chegando a R\$ 11,15 bilhões. “Queremos valorizar os investimentos em projetos de adequação ambiental e sanitária e de agregação de valor aos produtos agropecuários”, destacou Rodrigues. De acordo com ele, os programas de financiamento coordenados pelo ministério, com verba do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), terão mais de R\$ 9 bilhões em 2005-2006, com um aumento de 5,2% sobre o período anterior. O Moderfrota contará com R\$ 5,5 bilhões para financiar a compra de máquinas.

O ministro ressaltou ainda que os encargos financeiros das linhas de crédito serão os mesmos fixados para a safra 2004-2005. “A política de manutenção dos juros fixos para o financiamento rural, adotada pelo governo Lula, representa uma conquista da agricultura brasileira, pois há uma escalada da taxa básica”, afirmou Rodrigues. Nas últimas três safras, o montante para o crédito rural cresceu 61% e atingirá um recorde em 2005-2006.

Nesse período, a verba para os investimentos agrícolas aumentou 79%.

“Os produtores que adotarem práticas de preservação ambiental, rastreabilidade animal e de integração lavoura-pecuária poderão ter recursos adicionais de 15% e limites independentes entre o custeio agrícola e o pecuário”, acrescentou o secretário de Política Agrícola, Ivan Wedekin, que acompanhou o anúncio do plano safra. O governo manteve os mesmos limites de adiantamento de crédito por tomador da safra 2004-2005.

O Plano Agrícola e Pecuário também prevê a correção dos preços mínimos do alho, arroz, castanha-de-caju e do pará, cera de carnaúba, feijão-macaçar, guaraná, juta, milho, malva, pó cerífero de carnaúba e sisal. Conforme o secretário, o reajuste dos preços procura ampliar o apoio às culturas das regiões Norte e Nordeste e incentivar o plantio de mamona, visando contribuir para o programa de produção de biodiesel.

Somando-se os R\$ 44,35 bilhões aos R\$ 9 bilhões destinados à agricultura familiar, o governo Lula disponibilizará R\$ 53,35 bilhões para o financiamento, custeio e comercialização da safra 2005-2006.

A seguir, a síntese do Plano Agrícola e Pecuário.

Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006 – Síntese das medidas

Crédito rural

O Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006 programa a aplicação de R\$ 44,35 bilhões no

crédito rural. Esse montante representa um crescimento de 12,4% sobre o volume de recursos programados para a safra 2004-2005.

Nas últimas três safras o volume de recursos do crédito rural cresceu 61% e atingirá o recorde em 2005-2006. Os recursos para financiar os investimentos na agricultura cresceram 79%.

Os encargos financeiros de todas as linhas de financiamento serão os mesmos fixados para a safra 2004-2005. A política de manutenção do patamar das taxas de juros fixas para o crédito rural, adotada no governo Lula, representa uma grande conquista da agricultura brasileira, já que vem ocorrendo no período uma escalada da taxa básica de juros.

Os números do Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006, detalhados na Tabela 1, reafirmam o compromisso do governo em apoiar a busca continuada de ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro.

Custeio e comercialização

Os recursos programados para custeio e comercialização da safra 2005-2006 somam R\$ 33,2 bilhões, superando em 15,5% o volume programado da safra anterior. As linhas de financiamento com juros controlados representarão 63% desse total, crescendo 18% sobre a safra 2004-2005.

Tabela 1. Crédito rural: Recursos e fontes de financiamento. Safras 2004-2005 e 2005-2006 (R\$ milhões).

Fonte de recursos e programas	2004-2005			2004-2005	
	Programado	Executado ⁽¹⁾	%	Programado	Varição (%)
Custeio e comercialização	28.750	32.864	114	33.200	15
Juros controlados	17.700	20.947	118	20.900	18
Recursos obrigatórios - MCR 6-2 (8,75% a.a.)	11.500	15.140	132	15.500	35
Poupança rural - MCR 6-4 (8,75% a.a.)	4.500	4.690	104	4.000	-
Proger rural (8,0% a.a.)	700	447	64	400	11
Funcafé (9,5% a.a.)	1.000	670	67	1.000	-
Juros livres	11.050	11.918	108	12.300	43
Poupança rural - MCR 6-4	5.750	4.260	74	5.000	0
Recursos livres (demais bancos)	2.300	2.026	88	2.300	11
Banco do Brasil - Aval de CPR	2.000	5.632	282	5.000	-
BB - FAT Agroindústria (até Selic.)	1.000	-	0	-	13
Investimento	10.700	7.699	72	11.150	0
Moderfrota	5.500	3.016	55	5.500	150
Finame Agrícola Especial	500	535	107	500	
Proger Rural (8,0% a.a.)	100	84	84	100	4
Demais Programas BNDES	2.600	2.029	78	3.050	0
Moderagro	900	1.025	114	1.200	0
Moderinfra	700	362	52	700	0
Prodefruta	200	77	39	200	17
Prodeagro	200	257	128	300	33
Propflora	50	28	55	100	0
Prodecoop	550	280	51	550	0
Fundos Constitucionais	2.000	2.036	102	2.000	50
Agricultura comercial - Total	39.450	40.563	103	44.350	100
Agricultura familiar	7.000	6.250	89	9.000	0
Custeio	4.218	3.900	92	5.400	0
Investimento	2.782	2.350	84	3.600	12
Total	46.450	46.813	101	53.350	29

⁽¹⁾ Estimativa de julho de 2004 a junho de 2005, com base no volume aplicado até maio de 2005.
Fonte: Mapa/SPA.

O governo federal acredita que o volume de recursos do crédito rural contribuirá para que seja atingida uma produção de grãos superior a 125 milhões de toneladas na safra 2005-2006.

Está definida a manutenção dos limites de adiantamento de crédito por tomador da safra 2004-2005. Poderão obter limite adicional os produtores que:

- Já praticarem ou apresentarem plano de recuperação de matas ciliares e reserva legal (15% de adicional).
- Utilizarem sistemas de rastreabilidade na produção pecuária (15% de adicional).
- Comprovarem utilização de práticas de integração lavoura-pecuária (limites independentes entre custeio agrícola e custeio pecuário).

Merecem destaque algumas das inovações do crédito de custeio e comercialização para a safra 2005-2006:

- Permissão de financiamento da aquisição de leitões por suinocultores independentes, por meio de recursos do custeio pecuário, até então enquadrado como investimento semifixo.
- Permissão de substituição da pluma por fio composto por 100% de algodão como penhor de Empréstimos do Governo Federal (EGF). Aumento do prazo do Depósito Interbancário Vinculado ao Crédito Rural (DIR) de 60 para 120 dias, facilitando a transferência de recursos para bancos interessados em operar com carteira de crédito rural.

Investimentos

Os recursos para financiar os investimentos na agricultura também crescerão na safra 2005-2006. Estão sendo programados R\$ 11,15 bilhões em recursos, um volume 4,2% superior ao da safra 2004-2005.

O governo federal pretende, neste Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006, valorizar os investimentos em projetos de adequação ambiental e sanitária e em projetos de agregação de valor a produtos agropecuários.

Os programas de financiamento coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES) terão programação de recursos que supera R\$ 9 bilhões na safra 2005-2006, crescendo 5,2% sobre os R\$ 8,6 bilhões da safra anterior.

Foram adotadas medidas com vistas a evitar a interrupção na contratação de operações ao amparo dos programas de investimento com recursos do BNDES. No caso dos programas que contam com saldo de recursos definidos no Plano Agrícola e Pecuário 2004-2005, os créditos continuarão sendo concedidos após a data-limite de 30 de junho de 2005. Para os programas que não contam com saldo de recursos, será concedida a contratação antecipada de financiamento.

O Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006 prevê ajustes pontuais em alguns programas do BNDES, relacionados aos limites de financiamento e itens financiáveis, com destaque para:

- Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras): elevação do limite de crédito de 80% para 90% do valor do bem, para produtor com renda agropecuária bruta anual superior a R\$ 150 mil; manutenção do limite de 100% do valor do bem para produtor com renda agropecuária bruta anual inferior a R\$ 150 mil.
- Prodecoop (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária): elevação do limite de R\$ 20 milhões para R\$ 35 milhões e manutenção da possibilidade de adicional de 100% para investimentos em outras unidades da federação ou no âmbito de cooperativas centrais; inclusão de projetos de adequação ambiental ainda não enquadrados, de adequação sanitária e de industrialização de cachaça.
- Propflora (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas): inclusão de despesas de mão-de-obra, compatíveis com custos regionais, como item financiável, e inclusão de projetos de produção de madeira destinada à queima no processo de secagem de produtos agrícolas.
- Moderagro (Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais): inclusão de projetos de adequação ambiental de propriedades rurais aos itens já financiáveis.
- Prodeagro (Programa de Desenvolvimento do Agronegócio): inclusão de projetos relacionados

à agregação de valor na produção de flores e aquicultura.

- Prodefruta (Programa de Desenvolvimento da Fruticultura): apoio ao desenvolvimento da fruticultura brasileira, especialmente no âmbito do Programa de Produção Integrada de Frutas – PIF Brasil.

- Finame Agrícola Especial: inclusão de manutenção ou recuperação de tratores agrícolas e aquisição de aviões de uso agrícola como itens financiáveis.

A Tabela 2 resume as principais características dos programas de investimento do Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006.

Proagro: novos produtos e redução das alíquotas

O Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006 estabelece a realização de zoneamento agrícola para as culturas de banana, café, caju, cevada mamona, mandioca e uva. As alíquotas de adicional do Proagro ficaram assim estabelecidas:

- Banana, caju e uva: 3,5%.

- Café: 4,7%.

- Cevada: redução de 11,7% para 5%. Em caso de utilização de plantio direto, a alíquota de adicional é de 4%. A utilização de cultivo sob

Tabela 2. Limite de investimento por programa.

Programa	Limites		Encargos financeiros (% a.a.)	Prazo máximo (anos)
	2004-2005	2005-2006		
Prodefruta	Até R\$ 200 mil	Até R\$ 200 mil Até R\$ 600 mil: investimento coletivo	8,75	8
Moderagro	Até R\$ 200 mil	Até R\$ 200 mil	8,75	5
Prodeagro	Até R\$ 150 mil	Até R\$ 200 mil Até R\$ 600 mil: investimento coletivo	8,75	5
Moderinfra	Até R\$ 600 mil Até R\$ 1,8 milhão: investimento coletivo	Até R\$ 600 mil Até R\$ 1,8 milhão: investimento coletivo	8,75 10,75 ⁽¹⁾	8
Prodecoop	Até R\$ 20 milhões por UF Até R\$ 40 milhões: investimento em outra UF	Até R\$ 35 milhões por UF Até R\$ 70 milhões: Investimento em outra UF; Empreendimento no âmbito da Cooperativa Central	10,75	12
Propflora	Até R\$ 150 mil	Até R\$ 150 mil	8,75	12
Moderfrota	Renda < R\$ 150 mil: 100% do valor do bem Renda > R\$ 150 mil: 80% do valor do bem	Renda < R\$ 150 mil: 100% do valor do bem Renda > R\$ 150 mil: 80% do valor do bem	9,75% 12,75%	1) 5 2) 6
Proger Investimento	R\$ 56 mil	R\$ 56 mil	8,00	8
Finame agrícola especial		R\$ 300 mil (alguns setores) Demais setores sem limite	13,95	5

⁽¹⁾ Os encargos de 8,75% a.a. são para as contratações de até R\$ 400 mil. Contratações entre R\$ 400 mil e R\$ 600 mil têm encargos de 10,75% a.a.

irrigação é obrigatória nos estados de Minas Gerais e São Paulo, e, nesse caso, a alíquota é de 2%.

- Mamona e mandioca: redução de 9,4% para 3,9%, o mesmo de algodão, milho e soja.

Preços mínimos

O Plano Agrícola e Pecuário 2005-2006 prevê a correção dos preços mínimos de alguns

produtos. A correção dos preços dos produtos regionais procurou ampliar o apoio às culturas das regiões Norte e Nordeste e incentivar a produção de mamona, visando o programa de produção de biodiesel.

A Tabela 3 apresenta as correções dos preços mínimos para a safra 2005-2006. Foram corrigidos também os preços mínimos de sementes de feijão-macaçar, juta e malva.

Tabela 3. Preços mínimos.

Produto	Região	Tipo	Unidade	Preço mínimo		
				2004-2005	2005-2006	Var. %
Arroz longo fino em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	Tipo 1-58/10	50 kg	20,00	22,00	10,0
Cera de carnaúba	Nordeste	Tipos 3 e 4	kg	2,90	3,10	6,9
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	Tipo 3	60 kg	30,00	33,10	10,3
Juta/malva embonecada	Brasil	Tipo 2	kg	0,85	0,92	8,2
Juta/malva prensada	Brasil	Tipo 2	kg	1,00	1,08	8,0
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	Único	60 kg	30,30	33,56	10,8
Milho	Sudeste, PR, sul da BA, sul do MA e sul PI SC e RS Centro-Oeste (exceto MT)	Único	60 kg	13,50	14,00	3,7
				13,50	14,00	3,7
				13,00	14,00	7,7
Sisal	BA, PB e RN	SLG	kg	0,85	0,96	12,9
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e sul da BA	Único	60 kg	9,45	9,80	3,7
Alho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste		kg	1,76	1,89	7,4
Castanha de caju	Norte e Nordeste		kg	0,92	1,00	8,7
Castanha-do-pará com casca	Norte		kg	36,00	40,00	11,1
Guaraná	Norte, Nordeste e Centro-Oeste		kg	5,00	5,65	13,0
Pó cerífero	Nordeste		kg	2,90	3,10	6,9